

Coluna do Castello

Dívida externa sai da Fazenda

A renegociação da dívida externa brasileira deixará de ser uma tarefa da exclusiva competência do ministério da Fazenda. Logo depois do Carnaval, o presidente José Sarney formalizará a criação da comissão especial, investida de plenos poderes, que se encarregará de negociar a dívida junto aos governos e os banqueiros. Ela terá mais de 5 e menos de 9 membros — entre eles, empresários, banqueiros e parlamentares. O ministro da Fazenda não deverá integrá-la, ocupando-se em administrar, a partir de então, os problemas internos da economia.

Quer o presidente da República que a idéia da comissão sirva para conferir um maior grau de participação da sociedade em uma questão capaz de definir o futuro próximo do país. A transparência no processo de tomada de decisões seria também reafirmada no momento em que o governo desloca um tema dessa importância do âmbito de um ministério para oferecê-lo à consideração de nomes de forte expressão política e social, pinçados em diversas áreas da comunidade. Os nomes serão escolhidos diretamente por Sarney e o economista Eliezer Batista só não será um deles se não quiser.

Registram-se, desde já, sinais de reação contra a idéia da própria comissão e contra a possibilidade de o ministro Dilson Funaro ficar de fora dela. Aliados do ministro dentro do Palácio do Planalto e alguns dos seus assessores mobilizam-se para tentar evitar o que poderia soar como indício de enfraquecimento da posição de Funaro dentro do governo. A propósito, a saída de Fernão Bracher da presidência do Banco Central não foi contabilizada, entre auxiliares diretos do presidente, como ponto a favor do ministro da Fazenda. Não.

Bracher saiu porque discordava do tratamento conferido por Funaro à dívida, perdera sustentação dentro do PMDB e pedira para sair mais de uma vez. Saiu, não foi derrubado. Como alguns outros elementos da área econômica do governo, entre eles Pêrsio Arida e André Lara Resende, Bracher foi embora com a sensação de ter-se livrado de um desgaste maior. Tampouco a suspensão do pagamento de parte dos juros da dívida deve ser entendida como um ato que demonstrou, uma vez mais, o poder do ministro da Fazenda. Não, não foi.

Foi um ato indispensável, movido pela extrema necessidade de evitar que o país, simplesmente, quebrasse. Não havia outra alternativa diante de um magro estoque de reservas cambiais, que tinham sido, gradativamente, dilapidadas para custear o sonho de uma sociedade bafejada com um extraordinário nível de crescimento e livre do risco da inflação. O exacerbado otimismo de Funaro o levou a obter do presidente o adiamento do ato que deveria ter sido executado ainda no final do ano passado, quando as reservas baixaram a nível crítico.

O ministro apostou que o acordo celebrado no Clube de Paris garantiria a entrada no Brasil de novos recursos. Sarney esperou, inutilmente, 42 dias desde que o acordo foi firmado. Está consciente, agora, de que a renegociação da dívida será demorada, que dificilmente chegará a bom termo antes de julho ou agosto e que precisará de apoio popular para enfrentar as dificuldades que terá pela frente. Não bota fé na miragem, que começa a encantar assessores de Funaro, de os credores concordarem em transformar em investimento no país parte dos juros que teriam direito.

Persevera o presidente no propósito de impedir que o país seja engolfado pela recessão. Para exorcizá-la, o Fundo Nacional de Desenvolvimento dispõe de 120 bilhões de cruzados para realizar investimentos e o BNDES mais 110 bilhões. Fora as verbas do programa de prioridades sociais do governo. De resto, o país prepara-se para colher 62 milhões de grãos — a maior safra agrícola da sua história. O setor da construção civil emite sinais de reaquecimento. A inflação dos próximos meses será menor que a projetada.

Pensa o governo dispor de outros instrumentos que aliviem o bolso do brasileiro, esvaziado, ultimamente, pelos aumentos dos preços. Um deles tem a ver com o imposto de renda da pessoa física. É possível que seja dado um jeito para que o contribuinte pague menos do que deveria pagar. A economia também poderá ser oxigenada com o recurso ao cruzado depositado no Banco Central e retido ali como forma de pagamento dos juros da dívida. “Este ano, não teremos recessão. Este ano, não”, reafirma um dos ministros de maior intimidade com o presidente da República.

Desabafo

Do presidente José Sarney: “Cada dia, a Constituinte encontra um tema para gerar crises, tudo dentro da repetida tecla de defender sua soberania. Qualquer dia, acordo com meu mandato reduzido”.

Maciel Fica

Do ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil da presidência da República: “Em um momento de dificuldades como este, não é hora de largar o governo. É hora de reafirmar solidariedade.”